

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS

GIOVANNA GONDIM PEDROSO

**DESCOLONIZANDO A HISTÓRIA: O CURRÍCULO DA ESEBA E A FORMAÇÃO
ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE
HISTÓRIAS**

UBERLÂNDIA

2024

GIOVANNA GONDIM PEDROSO

DESCOLONIZANDO A HISTÓRIA: O CURRÍCULO DA ESEBA E A FORMAÇÃO
ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE
HISTÓRIAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO AO INSTITUTO DE
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
LICENCIADO EM HISTÓRIA.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a IVETE BATISTA
DA SILVA ALMEIDA

UBERLÂNDIA

2024

RESUMO

Este artigo tem a intenção de descrever uma experiência vivenciada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia - ESEBA, promovida pelo Núcleo Interdisciplinar História/Geografia do Programa de Residência Pedagógica/CAPES, durante a Semana Preta de 2023. O evento, parte do projeto "Construindo uma Escola Antirracista", que buscou combater o racismo e promover a igualdade racial através de atividades pedagógicas. A intervenção incluiu a contação da história "Cinderela e Chico Rei", de Cristina Agostinho e Ronaldo Simões, que reinterpreta o conto clássico da "Cinderela". Tudo isso visando o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas do país, pretendendo promover a democratização e a retificação de desigualdades históricas, utilizando a educação como modo de combate.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Semana Preta; Cultura Afro-Brasileira; Decolonial; Contação

INTRODUÇÃO

O fortalecimento do ensino sobre a cultura afro-brasileira e dos povos africanos reflete um amplo movimento decolonial que busca transformar as bases do sistema educacional no Brasil. Ao considerar a escola como uma instituição social, é importante reconhecer a presença do racismo na estrutura dessa instituição, a compreensão do racismo estrutural é essencial, já que afeta todas as faixas etárias escolares.

Além dos estudantes, é importante observar quem ocupa os diferentes espaços na escola, nota-se que cargos de liderança, em grande parte, são assumidos por pessoas brancas, contribuindo para a predominância de uma composição do quadro de funcionários majoritariamente branco nas instituições de ensino, com exceção de cargos considerados por muitos inferiores, como limpeza e serviços gerais, apesar da sua importância para o funcionamento do ambiente escolar. Essa realidade pode moldar a percepção de uma criança, assim explica Barbara Carine, em seu livro "Como ser um educador antirracista". Ela destaca a significativa influência que as crianças sofrem, apesar de sua pouca idade, ao serem afetadas por questões que também impactam a vida adulta e ressalta a importância de reconhecer as crianças como indivíduos que pensam e são atingidos por movimentos

estruturais na sociedade. Essa perspectiva sublinha a necessidade de considerar o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças ao abordar temas complexos, como o racismo estrutural, na educação, reconhecendo sua capacidade de compreensão e reflexão.

A prática antirracista deve ser constante, e não ser explorada de forma esporádica, demandando, ao invés disso, sequências contínuas e inserções frequentes da temática no cotidiano escolar. Entende-se então que o ensino da cultura afro-brasileira precisa estar presente em todas as áreas do conhecimento, sendo necessário reconhecer que, ainda que possa parecer distante de algumas disciplinas escolares, é sempre possível incorporá-la de maneira significativa e dar espaço ao debate. Na área do ensino da matemática por exemplo, diversos educadores têm se empenhado em explorar as origens matemáticas no continente africano, especialmente no Antigo Egito, além de utilizar ferramentas como o jogo de mancala¹, esse esforço se insere no campo da etnomatemática, que tem como objetivo cumprir essa demanda de ensino focada na cultura dos povos negros.

Neste sentido, Munanga (2005) destaca que a falta de habilidade do professor em lidar com a diversidade, o preconceito presente na escola e os conteúdos preconceituosos dos livros didáticos são fatores que desestimulam o aluno negro e interferem em seu processo de aprendizagem. Segundo o autor, a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade compromete a formação dos futuros cidadãos no que diz respeito à diversidade cultural brasileira.

Diante dos desafios colocados no início deste relato, proponho que ao restante dele seja feita uma reflexão aprofundada no ensino antirracista na Educação Básica e principalmente na Educação Infantil, tenho como desejo discutir práticas pedagógicas que possam tornar o ambiente escolar um lugar inclusivo, levando sempre em consideração as especificidades da faixa etária da Educação Infantil. Além disso, pretendo explorar como funciona esse movimento dentro da CAp ESEBA/UFU, escola referência na cidade de Uberlândia, e como ocorre o cumprimento das leis nº 11.645 e nº10.639 em todo o currículo escolar, que torna obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio e o porquê aplicar o ensino de cultura afro-brasileira também no Ensino Infantil, além de entender como essa prática pode e deve ser aplicada nos currículos escolares.

¹ A pesquisa de Rinaldo Pevidor Pereira, centrada no ensino de matemática e na implementação da Lei 10.639/03, explora maneiras de integrar a cultura afro nesse campo de estudo. A motivação para este estudo surgiu da necessidade de elevar o desempenho dos alunos em matemática, reavivar o interesse pela disciplina e fomentar a curiosidade e participação dos alunos, tudo isso, é claro, além de estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03.

1. SEMANA PRETA

Onde ocorre a Semana Preta?

O crescente debate sobre educação antirracista vem ganhando destaque no contexto dos estudos decoloniais. Experiências estão dando forma a um novo modelo educacional nas escolas para abordar de maneira significativa o racismo e as vivências pretas. O presente artigo apresenta um relato sobre a implementação de um projeto de educação antirracista em uma escola localizada na região central da cidade de Uberlândia, MG, na Rua Adutora São Pedro 40, Uberlândia, MG, 38400-785. A ESEBA - UFU (Escola de Educação Básica) que é um colégio de aplicação vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, estabelecido em 1977 com o propósito inicial de atender aos filhos dos profissionais que trabalhavam na UFU (Universidade Federal de Uberlândia), no momento inicial a escola funcionava em um único turno e possuía turmas que atendiam somente o 1º e 2º período do pré-fundamental², e se chamava Escola Pré-Fundamental Nossa Casinha.

Ao decorrer dos anos algumas mudanças foram feitas em prol do atendimento a comunidade, e em 1982 o conselho da UFU aprova a extensão do ensino no colégio e passa a ofertar desde o Pré-Fundamental até o 1º grau de ensino³ completo (até a 8ª série) . O colégio passa a possuir o nome ESEBA no ano seguinte, em 1983, nesse mesmo ano também ocorre a mudança de endereço do espaço da ESEBA, a escola deixa a sua primeira unidade no bairro Umuarama e sua segunda unidade no campus da UFU Santa Mônica, e passa a ser no endereço atual, dividindo espaço com o Campus Educação Física da UFU. Já em 1993, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovou a Resolução nº 02/93, estabelecendo o sistema de sorteio público para a admissão de alunos na escola.

Hoje a ESEBA possui uma equipe de administração que conta com três pessoas na direção da escola, sendo uma diretora e duas assessoras, além disso, possui coordenadoras para cada ciclo de ensino oferecido pela escola, que são, o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental e o PROEJA (Programa de Educação para Jovens e Adultos). A equipe administrativa também possui um coordenador responsável pelo setor de estágio e dezesseis técnicos administrativos.

² Pré-fundamental ou Pré-escolar é o equivalente à Educação Infantil atualmente.

³ 1º grau de ensino é o equivalente ao Ensino Fundamental I e II atualmente.

O corpo docente da ESEBA é composto por sessenta e seis professores da educação básica, com o regime de dedicação exclusiva⁴, e atualmente a escola atende a setecentos e setenta e dois alunos matriculados, distribuídos em, cento e vinte na Educação Infantil, seiscentos e dezessete no Ensino Fundamental e trinta e cinco no EJA. Além dos profissionais já mencionados, a ESEBA também possui cento e trinta bolsistas e estagiários das licenciaturas da UFU e também se beneficia de uma equipe terceirizada, responsável por atuar em diversas áreas, como exemplo segurança, limpeza, apoio e alimentação, com o objetivo de garantir o funcionamento das atividades escolares.

A ESEBA conta com uma infraestrutura para atender até 825 alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, além do PROEJA, que no ano de 2024 está sem nenhuma turma aberta. O prédio escolar possui três andares com espaços para salas de aula, laboratórios, sala dos professores dividida por área, biblioteca e salas destinadas à administração escolar. A escola também possui um amplo espaço aberto com quadras, sala de música, anfiteatro, duchas, parque, espaço para a rádio ESEBA⁵ e refeitório para o momento do lanche. Além disso, a escola possui uma área compartilhada com o Campus Educação Física da UFU, apelidada carinhosamente de Jardim Encantado, um espaço verde com árvores onde há a possibilidade de elaborar atividades com os alunos e ser usado como um espaço de brincadeiras.

A estrutura educacional da Escola é dividida em quatro ciclos. O 1º Ciclo engloba dois níveis de ensino: Educação Infantil e Alfabetização Inicial. O 2º Ciclo abrange os 4º e 5º anos do ensino fundamental, enquanto o 3º Ciclo compreende os 6º e 7º anos do ensino fundamental, 4º Ciclo envolve os 8º e 9º anos, a partir do 2º ciclo se concentram as Áreas específicas de Conhecimento. A ESEBA também oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno e com uma parceria com o IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro, esses jovens e adultos já saem com a formação fundamental e diploma de formação técnica-administrativa.

A instituição realiza planejamentos específicos alinhados às áreas do conhecimento, esses planejamentos não seguem currículos convencionais, sendo revisados periodicamente em colaboração com os professores de cada área. As áreas abrangem Alfabetização Inicial, Arte, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Educação de Jovens e Adultos,

⁴ Proibição a exercer outras atividades remuneradas de caráter não eventual, pública ou privada, mesmo que haja compatibilidade de horários. Lei nº 4.345, de 26 de Junho de 1964.

⁵ Informação obtida pelo site da ESEBA. “A Rádio Eseba é a web rádio da Escola de Aplicação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU). Na rádio, alunos e docentes produzem podcasts exclusivos sobre diversos assuntos, como: educação, História, juventude, eventos e experiências de vida. Episódios disponíveis nas plataformas do youtube e spotify.”

Educação Infantil, Filosofia, Geografia, História, Informática, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa, Matemática e Psicologia Escolar. Cada área do conhecimento possui sua própria sala ou laboratório dedicado ao uso e ensino dos conteúdos específicos, sempre disponíveis para os professores da respectiva área.

O currículo e o projeto político-pedagógico da escola consideram e valorizam a diversidade dos alunos, com áreas de coordenação dedicadas a promover a inclusão. A instituição desenvolveu a área de Educação Especial, a qual oferece aulas específicas para os alunos com deficiência e apoio nas aulas regulares com atividades adaptadas. A escola conta com acompanhantes para auxiliar os alunos da Educação Especial, e esse grupo inclui estudantes de graduação em licenciatura da universidade e uma equipe de acompanhantes terceirizada. Esse processo não apenas beneficia os alunos com deficiência e a escola, mas também promove a inserção dos estudantes universitários no ambiente profissional, contribuindo para sua formação docente e fortalecendo a conexão entre a escola e a universidade. Além dos estágios na área da Educação Especial, a escola também oferece oportunidades de estágio nas áreas específicas do conhecimento, incluindo estágios obrigatórios curriculares. Além disso, a instituição recebe projetos de formação docente, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP). Essas iniciativas ampliam as possibilidades de experiência prática e formação para os estudantes.

O projeto político-pedagógico da ESEBA destaca a escola como uma instituição democrática, alinhada aos objetivos da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente no que se refere à promoção de uma educação laica, gratuita e de qualidade, fundamentada nos princípios de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A proposta tem como objetivo formar alunos humanos, com foco em sua autonomia, senso crítico e respeito à diversidade. Além disso, a escola trabalha um currículo voltado para pesquisa e extensão, em parceria com a universidade, já na educação básica, promovendo grupos de pesquisa, o projeto do PIBIC JR (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior) e outros projetos de extensão. Para o PIBIC JR, a ESEBA também oferece a oportunidade para os alunos interessados se tornarem bolsistas durante seu período de desenvolvimento do projeto, com uma bolsa no valor de 100 reais, disponível para alunos do 3º e 4º ciclos, o PIBIC JR funciona em um molde semelhante ao da universidade, claro, respeitando o nível dos alunos de cada ciclo.

O método de ingresso na escola é realizado por meio de sorteio. Desde 2014, a instituição reserva 10% das vagas para alunos com deficiência, além de destinar 40% das

vagas para estudantes negros, pardos e indígenas, e para famílias com renda de até 1,5 salário mínimo, essa medida busca promover a diversidade e inclusão no ambiente escolar. Anualmente, a escola disponibiliza 60 vagas para o 1º período, e as vagas ociosas, que podem surgir em qualquer ano ou ciclo, são preenchidas também por meio de sorteio com o cadastro reserva de estudantes. A ESEBA é uma escola de referência em Uberlândia, sendo muito procurada pelas famílias locais, seu modelo de construção curricular atrai não apenas os alunos, mas também aqueles que estão em processo de formação. Apesar de enfrentar desafios internos, a escola mantém sua boa posição e procura pelas famílias, o que auxilia nas diversas experiências de aprendizado dos alunos da educação básica e do ensino superior.

O que é a Semana Preta?

A experiência narrada no artigo teve início no ano de 2023, quando foi apresentada ao grupo de residência pedagógica do núcleo de História/Geografia da UFU a oportunidade de participar de um evento voltado para o debate sobre a educação centrada no ensino da cultura afro-brasileira. O evento se chama Semana Preta, e é organizado pelo corpo docente da escola, sua origem está na elaboração do projeto intitulado "Construindo uma escola antirracista". Esse projeto foi desenvolvido de novembro de 2020 a abril de 2022, como resultado de um edital de promoção da equidade racial na educação básica, promovido pelo CEERT e financiado por instituições privadas. A professora doutora Neli Edite dos Santos⁶ foi a organizadora do projeto, contando com a colaboração de três docentes da Eseba: Fernanda Cássia dos Santos, doutora em História (UFPR); Gabriela Martins Silva, doutora em Psicologia (USP); e Léa Aureliano de Souza, mestre em Psicologia (UFU).

Após um ano de projeto, ainda durante a pandemia do COVID-19, aconteceu o "I Encontro Construindo uma Escola Antirracista: Diálogos e Práticas", esse evento teve como objetivo marcar esse primeiro ano de projeto e levar para a escola os primeiros resultados desse projeto. As atividades do encontro foram transmitidas pelo canal do YouTube⁷ da escola e incluíram apresentações de música, teatro infantil, apresentação do projeto Construindo uma Escola Antirracista e uma palestra do professor Kabengele Munanga,

⁶ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (1988). Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (2019).

⁷ DIREÇÃO ESEBA-UFU. I Encontro Construindo uma Escola Antirracista: Diálogos e Práticas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fpybtf3IYDI>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

conhecido pelos seus artigos relacionados a cultura afro-brasileira e educação antirracista no Brasil, esse evento foi destinado a toda a comunidade escolar que desejasse participar.

O livro "*Construindo uma Educação Antirracista: Reflexões, Afetos e Experiências*" foi o resultado de todas as experiências construídas ao longo desses quase dois anos de projeto, ele conta com diversos artigos, escritos por diversos professores e pesquisadores da área, que narram a rotina escolar, destacam os desafios enfrentados e descrevem os esforços realizados para combater o racismo no contexto educacional. Além disso o livro é apresentando por meio seções, sendo elas:

1. "**Construindo uma Educação Antirracista** Na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.": essa seção tem como objetivo apresentar a construção do projeto antirracista dentro do espaço onde foi elaborado e pensado, a ESEBA. Os artigos são em sua totalidade escritos por docentes da ESEBA e apresentam experiências e discussões que ocorreram dentro da escola, os artigos debatem a temática racial em várias áreas do conhecimento e nos diversos ciclos de ensino.
2. "**Reflexões, Experiências e Afetos**": nesta seção, são apresentadas reflexões e discussões referentes à temática racial, os artigos discutem desde o cumprimento da Lei n°10.639/2003 até o preconceito racial no cotidiano, principalmente o escolar.
3. "**Afetos, Reflexões e Experiências**.": aqui são destacadas as expressões e vivências afetuosas percebidas com o contato com a cultura afro-brasileira. A seção possui entrevistas com mestres da cultura popular negra de Uberlândia, poesia que fala sobre o ser mulher negra, além de cantos, fotos e histórias que carregam muitas memórias, afetos e aprendizagens.
4. "**Experiências, Afetos e Reflexões**.": nesta seção, são relatadas experiências com o trabalho dentro das escolas e ambientes que possuem o debate racializado. Essas experiências abrangem diversas abordagens para o combate ao racismo, e os artigos ainda comentam as formas de trabalhar um currículo antirracista, mostrando na prática a aplicação de projetos e a educação afro-brasileira de forma continuada.

Além dessas seções, o livro também apresenta uma "Sequência Didática" que visa levar para o ambiente escolar, principalmente privado, o diálogo e a reflexão sobre o Dia da Consciência Negra em nosso país, promovendo aos alunos uma discussão relacionada aos Direitos Humanos e a discriminação racial.

O lançamento do livro ocorreu em novembro de 2022 durante o evento "Jornada dos 20 Anos do Graça do Aché: Veredas Decoloniais entre Memórias e Identidades

Regionais. Salve, Negritude”, e contou com a participação de docentes da ESEBA, pesquisadores e artistas que participaram da produção do livro, o evento também contou com a participação de outras pessoas da comunidade acadêmica, principalmente da UFU. Em dezembro de 2022 o livro foi lançado virtualmente através de um evento feito por meio do canal Portal do Bicentenário⁸, e também contou com a participação dos organizadores e convidados do projeto. Atualmente o livro encontra-se disponível no formato digital, através do site da Editora CRV⁹ gratuitamente, é possível também obter o livro em seu formato físico por meio de empréstimo na Biblioteca Setorial ESEBA.

Alguns meses antes da data de lançamento do livro, em abril, foi divulgado o evento “Anansi: semana preta”, foi ele quem marcou o encerramento oficial do projeto “Construindo uma escola antirracista”, o evento durou dos dias 25 a 29 de Abril e teve como público os docentes e alunos da ESEBA. A programação contou com diversas atividades culturais destinadas aos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, além de espaço de formação para docentes de todas as áreas do conhecimento, o último dia de evento foi aberto para a comunidade e aconteceu de maneira virtual, também pelo canal Direção ESEBA-UFU. Na imagem abaixo, é possível visualizar toda a programação da Semana Preta de 2022.

⁸ PORTAL BICENTENÁRIO . Lançamento do livro “Construindo uma educação antirracista: reflexões, afetos e experiências”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ocVdmBAKKg>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

⁹ Editora CRV. Disponível em: <<https://www.editoracr.com.br/produtos/detalhes/37385-construindo-uma-educacao-antirracistabr-reflexoes-a-fetos-e-experiencias>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FIGURA 1 - CRONOGRAMA SEMANA PRETA 2022

PROGRAMAÇÃO

25/04: Segunda-feira

- Atividade Cultural: Discotesamba com DJ Hudz. Local: Anfiteatro. Horários: intervalos da manhã e da tarde.
- Intervenção Pedagógica com as turmas 1º.P.D, 2º.P.A e 1º.P.B da Educação Infantil: Confeção de instrumento percussivo, com Cleia Rodrigues Evangelista. Local: Salas de aula.
- Exposição Virtual do Acervo Antirracista e Apresentação Musical com Jack Will para as turmas de 6º e 7º ano da EJA (Durante a aula de História).

26/04: Terça-feira

Oficinas de formação docente:

1. Humanidades e Educação Antirracista, com Prof. Dr. Rosemberg Ferracini (Geografia/ UFTM)
2. Linguagens e Educação Antirracista, com Profa. Dra. Cintia Camargo Vianna (LEEL/ UFU)
3. Ciências da Natureza e Educação Antirracista, com Prof. Dr. Guimes Rodrigues Filho (IQ/ UFU)
4. Matemática e Educação Antirracista, com Profa. Dra. Cristiane Coppe de Oliveira (Facip/ UFU)

Local: Equipe Docentes/UFU, na Plataforma Mtems. Horário: 14:00 às 17:00 hs (oficinas simultâneas).

27/04: Quarta-feira

- Oficinas de Formação Docente:

 1. A arte de Narrar Histórias Pretas, para docentes da Educação Infantil, com a arteeducadora Giselda Peré.

28/04: Quinta-feira

- Atividade Cultural: Apresentação do Núcleo de Dança Priscila Prates. Local: Anfiteatro. Horários: intervalos da tarde.
- Exposição Virtual do Acervo Antirracista e Apresentação Musical com Jack Will para as turmas de 8º e 9º ano da EJA (Durante a aula de História).

29/04: Sexta-feira

- Atividade Cultural: Terno Marinheiro de Nossa Senhora do Rosário: Traçando Fitas e Vidas Local: Quadra Esportiva. Horários: intervalos da manhã e da tarde.
- Intervenção Pedagógica com as turmas 1º.P.A, 2º.P.C e 2º.P.D da Educação Infantil: Confeção de instrumento percussivo, com Cleia Rodrigues Evangelista. Local: Salas de aula.

30/04: Sábado

- Mesa de Encerramento: Branquitude e Educação Escolar
Profa. Dra. Lia Vainer Schucman (Psicologia/ UFSC) Cidinha da Silva (Instituto Kuanza)
Mediação: Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos (FE/ UnB)
- Apresentação dos Resultados do Projeto Construindo uma Escola Antirracista Eseba-UFU
Local: Canal "Direção Eseba-UFU" no Youtube, Horário: a partir das 08:00 hs.

Exposição do Acervo Antirracista
Local: Espaço Cultural.

Realização: Apoio:

FONTE: ESEBA-UFU¹⁰

Em 2023, o evento Semana Preta retornou em sua segunda edição com as datas de 15 a 19 de maio, apresentando uma extensa programação direcionada a alunos e docentes. Durante essa semana, recebemos o convite para participar e elaborar uma atividade específica para a educação infantil, intitulada "Rodas de Histórias e Diálogo com a Educação Infantil: narração das histórias Cinderela e Chico Rei", destinada às turmas do 1º e 2º período. A atividade foi coordenada pela Professora Dra. Fernanda Cássia dos Santos e pela nossa equipe de Residência Pedagógica.

Além deste convite, também participamos de uma atividade em colaboração com o grupo de Residência Pedagógica e a professora Fernanda Cristina de Campos, da Língua Portuguesa, chamada "Roda de Conversa: 'Pai contra mãe': Conhecendo um conto de Machado de Assis", que tinha como público os 8º e 9º anos. Além dessas atividades já narradas acima o evento contou com uma vasta programação, entre essas atividades haviam oficinas de arte, cine-debates e outras rodas de conversa, todas seguindo o intuito do projeto inicial, debater e construir uma educação antirracista na ESEBA. Abaixo estará disponível a programação completa da II Semana Preta - 2023 .

¹⁰ Disponível em <https://eventos.ufu.br/eseba/conscientizacao/2022/04>

FIGURA 2 - PRIMEIRA PARTE CRONOGRAMA SEMANA PRETA 2023



FONTE: ESEBA

¹¹FIGURA 3 - SEGUNDA PARTE CRONOGRAMA SEMANA PRETA 2023

¹¹ Disponível em <https://eseba.ufu.br/acontece/2023-05-semana-preta-eseba-ufu-de-15-a-1905>

18/Maio - Quinta-feira

Manhã
 "Sou negro e pobre: eu posso". Exibição do vídeo do uberlandense João Vitor - "Projeto Pé de moleque". Local: Sala de aula.
 Horário/Turma: 1ªh - 5ªA (Eliângela)

Tarde
 Rodas de Histórias e Diálogo com a Educação Infantil - Narração da História: "Cinderela e Chico Rei". Prof.ª, Dr.ª, Fernanda Cássia dos Santos e estudantes Pibid
 Local: Salas de aulas. Horário/Turma: 13h30 - 14h10: 1ªp, D / 15h - 15h40: 2ªp, C

Capoeira (Educação infantil)
 Local: Anfiteatro. Horário: Recreio

Oficina de arte: "Graficamos: grafismos africanos em cabeças." - Ministrantes: Leandro Santos/Mara Rúbia Coll/ Rafaela Rodrigues Andrade/Raphael Giovanelli.
 Local: Sala de Arte Visual.
 Horário/Turma: 15h30min-17h20- 2ªA

19/Maio - Sexta-feira

Manhã
 Cine-debate com o filme "Vista a minha pele". Local: Lab. Psicologia.
 Horário/Turma: 2ªh - 8ªC / 3ªh - 6ªC / 4ªh - 7ªC / 5ªh - 9ªC

Cine-debate com o filme "Soul". Mediação: Prof.ª, Dr.ª, Gabriela Martins, Prof.ª, Dr.ª Roberta Paula Gomes Silva e Prof. Dr. Leonardo Donizette de Deus Menezes.
 Local: salas de aula de cada turma.
 Horário/Turma: 3ª - 5ªh - 4ªs A,B,C

Apresentação de dança e conversa com Fábio Vladimir Jr.
 Local: Anfiteatro. Horário/Turma: 5ªh - 9ªs A,B,C

Tarde
 Rodas de Histórias e Diálogo com a Educação Infantil - Narração da História: "Cinderela e Chico Rei". Ministrantes: Prof.ª, Dr.ª, Fernanda Cássia dos Santos e estudantes Pibid
 Local: salas de aula da Educação Infantil
 Horário/Turma: 13h30 - 2ªp D / 15h - 2ªp A

Samba do Abraço - Repertório Cultural Famílias Eseba - Com apresentação do dançarino Fábio Vladimir Silva.
 Local: Anfiteatro. Horário/Turma: 14h40 - Educação Infantil / 15h40 - Alfabetização

25/Maio - Quinta-feira

Manhã
 "Sou negro e pobre: eu posso". Exibição do vídeo do uberlandense João Vitor - "Projeto Pé de moleque". Local: Salas de aulas.
 Horário/Turma: 5ªh - 4ªC (Gabi)

26/Maio - Sexta-feira

Manhã
 "Sou negro e pobre: eu posso". Exibição do vídeo do uberlandense João Vitor - "Projeto Pé de moleque". Local: Salas de aulas.
 Horário/Turma: 3ªh - 4ªB (Gabi) / 4ªh - 4ªA (Gabi)

FONTE: ESEBA¹²

Importância da Semana Preta para o ambiente escolar.

O debate relacionado a implementação e cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº11.645/2008, que tratam o ensino da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, é necessário para garantir a inclusão e um ensino amplo, contudo sem a abordagem antirracista e politizada de nada é válida. Somente incluir esses conteúdos não é suficiente, é necessário compreender o racismo estrutural e suas consequências na distribuição desigual de poder e influência na sociedade. Ao abordar a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros nas escolas, é importante também discutir o contexto de racismo, principalmente estrutural, e como ele sustenta as desigualdades sociais e econômicas. Isso resulta em entender como o racismo destina lugares específicos às pessoas negras, limitando seu acesso a espaços de poder e relevância. (SOUZA; SILVA, A, 2022)

A Semana Preta, ao ir além de um evento cultural, assume esse papel de compreender como funciona o racismo e dar a abordagem antirracista necessária para

¹² Disponível em <https://eseba.ufu.br/acontece/2023-05-semana-preta-eseba-ufu-de-15-a-1905>

promover o enfrentamento a banalização dessa temática. O projeto "Construindo uma escola antirracista", trás sua relevância para dentro da ESEBA nos diversos âmbitos, e a Semana Preta é o formato escolhido para trabalhar a educação continuada com os olhares do projeto. Santos. F, Silva e Santos. N (2022) trabalham dentro do livro do projeto¹³, com o artigo “Dos Desafios em Enegrecer uma Escola Branca.”, um pouco da primeira edição desse projeto a “Anansi: Semana Preta”, que além das atividades culturais destinadas aos alunos, também inclui oficinas de formação docente com o intuito de instruir os professores a abordagem do assunto de maneira adequada com seus alunos, evitando a propagação de ideias racistas e criação de propostas educacionais voltadas para as relações étnico-raciais no ambiente escolar, principalmente fora da Semana Preta, podendo assim estar presente no currículo da escola e cotidiano dos alunos da ESEBA.

Além disso, as autoras abordam a construção de dois acervos distintos durante os 18 meses de elaboração do projeto. O primeiro é o acervo físico da escola, composto por livros, brinquedos e materiais didáticos que promovem a diversidade cultural, valorização da cultura e questões relacionadas à autoestima negra. O segundo é um acervo de relações, destacando a conexão estabelecida entre a escola, pesquisadores, artistas e movimentos negros que anteriormente não tinham visibilidade ou eram pouco procurados para participação dentro do ambiente escolar. Esse movimento também buscou estender o diálogo para a valorização dos movimentos culturais afro-brasileiros na escola, especialmente ao considerar a localização próxima da ESEBA a territórios de congado. As autoras consideram que existe a necessidade de integrar a escola a essas territorialidades e culturas, não só saber que estão lá, mas também valorizando e incorporando essas manifestações culturais de maneira significativa no cotidiano escolar.

Por isso ressalto que a luta antirracista na ESEBA não se encerrou junto a Semana Preta ou ao projeto "Construindo uma escola antirracista", e nem mesmo se inicia junto as edições anuais da Semana Preta, a luta antirracista está na ESEBA com as mudanças reais, nas práticas institucionais e pedagógicas da escola, junto a construção do currículo e movimento de ressignificar a história dos materiais didáticos disponíveis, que não viabilizam ao professor a criticidade. Essa é uma jornada contínua que requer esforços para descolonizar o pensamento escolar e envolver a comunidade nesse processo, isso inclui repensar o currículo escolar, na intenção de promover uma educação mais equitativa que valorize a diversidade cultural e étnica.

¹³ SANTOS, Neli Edite dos. *et al.* **CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Reflexões, Afetos e Aperiências.** 1 ed. CURITIBA: Editora CRV, v. 1, 2022. 408 p. ISBN: 978-65-251-3355-3

Contação de histórias com a Educação Infantil e Recursos pedagógicos desenvolvidos para atividade

A contação de histórias aliada à literatura infantil é um dos recursos pedagógicos que visam estimular não apenas a leitura na primeira infância, mas também a escrita, criatividade e compreensão do mundo pelo olhar infantil. A narrativa oral e a narrativa escrita são apresentadas como linguagens complementares que exploradas no processo educacional auxiliam o educador na sala de aula.

Azoilda Loretto da Trindade (2006) traz para o campo da pesquisa em educação antirracista os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros¹⁴, valores esses, que incluem a Memória, Ancestralidade, Religiosidade, Oralidade, Musicalidade, Cooperativismo, Energia Vital, Corporeidade, Ludicidade e Circularidade, e têm sua raiz na cultura negra, sendo esses aspectos encontrados em manifestações da cultura afro-brasileira.

Esses valores foram trazidos para o país com a diáspora africana, e ao longo do tempo, combinados com as tradições de outros povos, especialmente com as tradições indígenas. Essa junção resultou em um conjunto de valores, que não estão presentes somente na vida da população negra no Brasil, mas que também contribuem para a identidade do povo brasileiro como um todo, porém, é importante evidenciar que a reflexão sobre a presença desses valores na sociedade como um todo requer uma análise crítica da ancestralidade africana, já que por muitas vezes a origem africana e afro-brasileira desses valores é menosprezado. .

Como esses valores se manifestam na experiência da Semana Preta na ESEBA "Rodas de Histórias e Diálogo com a Educação Infantil: narração das histórias Cinderela e Chico Rei"? :

¹⁴ Valores esses definidos através da publicação do “Caderno de atividades A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Interagir” e “Caderno de atividades A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Ver”, que teve como objetivo organizar uma série de propostas pedagógicas, a fim de incluir atividades que valorizassem a cultura africana e afro-brasileira como um todo. O projeto teve a consultoria pedagógica e redação final realizada por Azoilda Loretto da Trindade. Nesses cadernos, são propostas atividades relacionadas a cada um dos valores civilizatórios afro-brasileiros citados, com o intuito de mostrar sua importância e como todos estão interligados, tem como objetivo também introduzir esses valores de forma prática no cotidiano, especialmente no ambiente escolar.

BRANDÃO, ANA PAULA (coord.). **A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Interagir**. 1º ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 149 p. v.2.

BRANDÃO, ANA PAULA (coord.). **A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Ver**. 1º ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 113 p. v.1.

Azoilda (2005), um pouco antes de destacar os “Valores os Civilizatórios Afro-Brasileiros”, destaca os “Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil”, entre eles selecionei dois que considere fazer sentido para a prática de contação de histórias e principalmente com a experiência na ESEBA:

O primeiro é a ORALIDADE:¹⁵

Muitas vezes preferimos ouvir uma história que lê-la, preferimos falar que escrever... Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. Faça de cada um dos seus alunos e alunas contadores de histórias, compartilhadores de saberes, memórias, desejos, fazeres pela fala. Falar e ouvir podem ser libertadores. (TRINDADE, 2005, p.33)

A autora não faz uma sugestão direta a contação de histórias, mas aborda o estímulo à expressão oral da criança através do compartilhamento de saberes e da valorização de suas experiências e vivências. Apesar da contação ser iniciada pelo educador, ela pode ser a motivadora da oralidade e do compartilhamento das experiências em sala de aula.

Em segundo lugar coloco a CIRCULARIDADE:¹⁶

A roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afrobrasileiro, pois aponta para o movimento, a circularidade, a renovação, o processo, a coletividade: roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira... (TRINDADE, 2005, p.34)

Considerando a prática da roda coletiva, que já é comum nas expressões da cultura afro-brasileira e faz parte do ambiente escolar, é importante tê-la nas contação de histórias, visto que também representa uma maneira de ser mais lúdica em sala de aula.

Inicialmente, destaquei esses dois valores já que, ao analisar o título da oficina proposta "Rodas de Histórias e Diálogo com a Educação Infantil: narração das histórias Cinderela e Chico Rei", percebe a presença dos dois elementos mencionados, ‘Rodas’ e ‘Diálogo’, mesmo que inicialmente não tenha sido uma atividade pensada nos valores civilizatórios isso evidencia como uma atividade pedagógica relacionada à temática racial e de cunho antirracista, automaticamente se alinha aos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros. Apesar de ter citado apenas dois desses valores, é possível perceber que a oficina possui

¹⁵ TRINDADE, Azoilda Loretto da. VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Valores afro-brasileiros na educação.**, [s. l.], v. 1, p. 33, nov. 2005

¹⁶ TRINDADE, Azoilda Loretto da. VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Valores afro-brasileiros na educação.**, [s. l.], v. 1, p. 34, nov. 2005

todos os outros elementos dos Valores Civilizatório presentes na educação infantil, possui musicalidade, energia vital, corporeidade, cooperatividade e muita ludicidade.

Na construção dessa oficina, buscamos por várias histórias que pudessem ser trazidas as turmas de 1º e 2º período. Consultamos livros de literatura infantil que estavam disponíveis na biblioteca da escola, entre eles encontramos o livro “Cinderela e Chico Rei” de Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho, a escolha do livro aconteceu por uma decisão em grupo, e foi motivada por trazer uma narrativa em que eles já estivessem familiarizados, claro, uma história remontada e com uma variedade de elementos da cultura afro-brasileira.

O enredo de “Cinderela e Chico Rei” gira em torno de uma linda menina chamada Abioye, ela veio junto aos seus pais - que eram reis no continente Africano - para o Brasil, no trajeto em um navio de tráfico negreiro, Abioye perdeu seus pais e se tornou uma menina sozinha. Quando chegou ao país ela foi comprada por uma mulher muito má que tinha duas filhas, Mafalda e Fiona. A história conta que Abioye passou a viver uma importante cidade durante o Brasil Colonial, Vila Rica, conhecida hoje como Ouro Preto, a garota passou a trabalhar forçadamente na cozinha daquela família, passando por situações difíceis e degradantes, por causa da fuligem do fogão a lenha ela foi apelidado de Cinderela, assim como a história original.

Abioye ouve pelas ruas um boato de que haveria um baile no palácio de Chico Rei,¹⁷ um ex-escravo que comprou sua liberdade após ficar rico, Abioye conversando com Mafalda e Fiona expressou as duas sua vontade de ir ao Baile e foi humilhada pelas irmãs, que a impediram de ir e a fizeram trabalhar para que elas pudessem ir ao Baile. Ao fim do dia Abioye estava muito cansada, mesmo tendo ganhado um vestido de sua dona, ela não pode ir, já que o vestido era velho e ela não teve tempo de arrumá-lo. A história continua com Cinderela (Abioye) chorando, triste por não poder ir ao baile, quando de repente se assusta com uma voz que fala com ela, a garota questiona quem está lá, quando se depara

¹⁷Chico Rei é uma figura lenda construída na tradição oral de Minas Gerais, conhecido como Galanga, ele era um rei em sua terra, o Congo, antes de ser capturado e trazido à força para o Brasil durante o período colonial. Durante a travessia pelo Atlântico, sua família foi morta, e Chico, como passou a ser chamado no Brasil, foi destinado ao trabalho forçado em uma mina de ouro na região de Vila Rica. Chico Rei, em seu trabalho na mina, roubava parte do ouro que conseguia extrair na mina, com o objetivo de comprar sua alforria. Após anos de trabalho, Chico finalmente conquistou sua liberdade e conseguiu comprar uma mina de ouro. Com a mina, ele obteve mais dinheiro, o que o permitiu comprar a liberdade de outros escravizados que vieram com ele para o Brasil, sendo reconhecido e chamado de "Rei", assim ganhando seu nome de Chico Rei. Essa história possui uma variedade de outras versões, assim como toda a história oral popular, Chico hoje é ainda homenageado pelos ternos de Congada que celebram Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Santa Efigênia.

SANTOS, Amanda Melissa dos. **O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG**. 2019. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

com uma fada madrinha bem pequena que dá a Cinderela o seu desejo de ir ao baile, assim como na história original, a fada transforma a abóbora em carruagem, os ratos em cavalos, sapo em cocheiro e lagartos em empregados. Após isso é a vez da transformação de Abioye, a fada faz com que a garota tenha um lindo vestido e um sapatinho de cristal - ou no caso de Abioye, um belo chinelinho de cristal. A fada ordenou que até meia noite Abioye estivesse de volta a sua casa, já que aquele era o prazo limite para o fim do feitiço realizado, apressadamente a garota foi em direção ao Baile do Chico Rei.

A jovem Abioye chegou ao local e imediatamente atraiu todos os olhares presentes. Eram olhares de admiração e também de inveja, pois ela era a mais bela mulher do baile. Surgiram diversos murmurinhos sobre sua origem, mas ninguém tinha certeza, nem mesmo a sua dona, Mafalda ou Fiona conseguiram reconhecê-la. Chico Rei rapidamente se atraiu pela jovem e a chamou para uma dança, contudo, Abioye ouviu o relógio e percebeu que o seu tempo estava acabando, Abioye correu deixando para trás seu chinelinho de cristal, achado por Chico Rei durante a perseguição à princesa. Chico Rei passou todo o dia seguinte procurando a dona daquele chinelo e prometendo que iria se casar com ela, todas as moças de Vila Rica tentaram provar que eram elas, já que Chico Rei era muito poderoso e rico, contudo todas as tentativas foram falhas, até que chega a vez de Abioye calçar aquele chinelinho e ser comprovado que ela era a mulher do baile. Cinderela assim conquista sua liberdade e se casa com Chico Rei, assumindo o seu devido lugar de rainha, esquecido quando foi roubada de sua terra natal.

Apesar de preservar os elementos tradicionais da história original, este conto trouxe representatividade e inclusão de pessoas negras à narrativa. Mesmo retratando uma mulher negra no papel de escravizada, que é uma das lutas do movimento da educação antirracista — escapar dos estereótipos que associam pessoas negras apenas à escravidão —, a intenção ao escolher essa história foi mostrar uma narrativa já familiar ao imaginário das crianças, dizendo que pessoas de pele negra também têm seu lugar e pertencimento em contos infantis.

A contação de histórias também proporcionou a oportunidade de desenvolver e enriquecer outros elementos para essa narrativa, o grupo buscou introduzir elementos lúdicos além da narração crua da história. Assim, decidimos trazer objetos e elementos que pudessem agregar valor a esse momento, confeccionamos bonecas de abayomi para representar os personagens, manualmente fizemos objetos que simbolizavam a varinha de condão, a vassoura da Cinderela e o castelo do Chico Rei. Além disso, trouxemos o

instrumento musical agogô, que nos auxiliou na reprodução da valsa da Cinderela e na criação de efeitos sonoros para os momentos mágicos do conto de fadas de Abioye.

As bonecas de Abayomi foram uma ideia trazida pela preceptora do nosso projeto, Fernanda Cássia dos Santos, na intenção de trazer outros elementos que também representassem a cultura afro-brasileira. As bonecas Abayomi são cercadas de história e representatividade, para muitos as bonecas surgiram durante o Brasil Colonial, a narrativa popular sugere que mulheres escravizadas confeccionavam essas bonecas, feitas de retalhos de panos e nós, para suas filhas durante as travessias nos navios negreiros da África para o Brasil, contudo, não existe nenhum registro histórico dessas bonecas durante o período colonial brasileiro.

Embora a história das bonecas Abayomi não se refira ao período colonial, sua importância na representação da cultura afro-brasileira é existente, de acordo com registros mais recentes as bonecas foram uma criação da artesã Waldilena Martins, mais conhecida como Lena Martins, que ao longo de 20 anos elaborou a técnica de confecção dessas bonecas. Além de artesã, Lena era uma mulher negra e ativista das causas sociais do movimento negro, a criação oficial das bonecas coincidiu com o início das movimentações referentes aos 100 anos da abolição da escravidão, em 1980. O nome Abayomi só foi dado 7 anos depois, em 1987, por uma amiga de Lena. Já em 1989 é criada a cooperativa Abayomi, no Rio de Janeiro, lá a artesã recebeu as primeiras aprendizes, hoje as bonecas são conhecidas por todo o Brasil e são sinônimo de luta e ativismo.

As bonecas Abayomi também são de fácil confecção, para fazê-las foram usados retalhos velhos de pano preto, cola quente e retalhos de capulana que estavam disponíveis para uso na ESEBA. Com esses materiais conseguimos fazer três personagens, Abioye, Chico Rei e a Madrasta.

FIGURA 4 - CRIANÇAS BRINCANDO COM A BONECA FEITA PARA REPRESENTAR ABIOYE



FONTE: FIGURA DO AUTOR

Como já dito anteriormente, outros objetivos também foram confeccionados a fim de dar forma a contação. Abaixo teremos alguns:

FIGURA 5 - VARINHA DA FADA MADRINHA, VASSOURA DE ABIOYE E CHINELINHO DE CRISTAL



FONTE: FIGURA DO AUTOR

FIGURA 6 - NARRAÇÃO DA HISTÓRIA JUNTO AOS ELEMENTOS LÚDICOS USADOS.



FONTE: FIGURA DO AUTOR

Por último, incluímos o uso do agogô. A palavra "agogô" tem origem na língua Yoruba e significa "sino", esse instrumento é tocado ao ser batido com uma vara de metal ou madeira, normalmente é utilizado em conjunto com tambores e é frequentemente usado em cerimônias religiosas afro-brasileiras e outras manifestações da cultura afro-brasileira, como a capoeira. Optamos por utilizar o agogô com a intenção de adicionar efeitos sonoros à história e para acompanhar a valsa em que Abioye dança junto a Chico Rei. Para isso, contamos com a ajuda de uma integrante do grupo, que faz parte de uma das baterias universitárias da universidade. Ela nos emprestou o instrumento e nos ensinou o básico de sua execução, permitindo que pudéssemos explorar um pouco dos diversos sons que o agogô produz. Ao fim da narração, devido ao interesse dos alunos, foi permitido que eles tocassem o instrumento da forma que quisessem.

FIGURA 7 - CRIANÇA TOCANDO O AGOGÔ



FONTE: FIGURA DO AUTOR

Ao final da narração, reservamos um momento para dialogar com as crianças sobre o que compreenderam do livro e se já conheciam a versão da Cinderela apresentada na história, no intuito de saber o que acharam de diferente em relação a outra narrativa que possam ter ouvido anteriormente, podendo assim promover uma troca de experiências. Todas as turmas participaram ativamente do debate, e algumas crianças mostraram certo estranhamento e dúvida. Ouvimos perguntas como "Mas a Cinderela não era loira?" ou "Onde está o vestido azul da Cinderela?". E foram essas questões que nos auxiliaram a iniciar um debate relacionado à inclusão e autoestima, mostrando que as princesas também podem ser negras e ressaltando exemplos das princesas negras e latinas da Disney.

As crianças demonstraram grande entusiasmo e atenção durante toda a narrativa da história, em todas as turmas, foi perceptível o interesse pelo enredo da contação, mas o foco principal delas estava nos objetos criados para ilustrar a história. Elas expressaram a demanda de poder brincar e explorar esses objetos, mostrando a importância da ludicidade da narração junto ao conteúdo narrado. Esse momento permitiu que a equipe pudesse ter um contato mais próximo e afetuoso com os alunos, o que nos proporcionou palavras de carinho e admiração por estarmos presentes e compartilharmos esse momento de brincadeira e aprendizado. A receptividade das crianças não apenas validou o trabalho, mas também ressaltou a importância de criar ambientes que são propícios para a interação e o debate racial com a infância.

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL ANTIRRACISTA

O que é Educação antirracista?

A ideia da democracia racial por muito tempo foi considerada realidade no Brasil, contudo caminha em direção ao processo de desconstrução com o pensamento decolonial e junto a observação da realidade desproporcional vivenciada entre brancos e não-brancos nos aspectos sociais, econômicos e educacionais. Freyre (1933) entende a democracia racial no Brasil através da perspectiva do cenário social estadunidense, onde teve sua formação, por isso ele analisa o Brasil Colonial e o processo de miscigenação entre as três raças sendo positivo para a formação do país no sentido cultural e de identificação nacional, além de ter sido importante para a consolidação da democracia entre as raças. Ademais Freyre considera

que, comparado a outros países, o Brasil já havia superado seu passado escravocrata, já que além da misogênia também possuiu um processo de escravidão mais ameno. A tese da Democracia Racial não nasce com Gilberto Freyre, mas ganha forma acadêmica a partir desse momento.

Nunes, Lehfeld e Netto (2021), analisam que durante o séc. XX a tese da Democracia Racial foi usada no intuito de mascarar o racismo institucional existente e formar uma “cortina de fumaça” para toda a desigualdade racial que era vivenciada naquele momento, assim compreende-se que a perpetuação do racismo, principalmente nas estruturas, tem sua raiz histórica na formação do Brasil Colonial e no pós abolição, através de teorias que amenizam o estrago causado pelo processo de escravidão no país. O pensamento decolonial no país decorre da observação das desigualdades e na intenção de desmistificar um princípio de igualdade racial no Brasil.

Já o processo de construção da educação antirracista no Brasil é intimamente ligado à todo o histórico de lutas pelos direitos civis e sociais, refletindo as mudanças na forma como o Estado e a sociedade debatem a diversidade étnico-racial. Essa caminhada é marcada por diversos avanços legais e pela luta e atuação contínua dos movimentos sociais, que foram necessários na criação de uma consciência coletiva sobre sua natureza estrutural. Esses movimentos desempenham um papel central na formação de uma educação que reconheça e valorize a pluralidade cultural do Brasil. Com isso compreende-se que a educação antirracista surge também com a intenção de repreensão as teorias que estruturalizam o racismo e as noções de democracia racial, buscando reformar práticas educacionais na intenção de frear a perpetuação do racismo estrutural, principalmente no ambiente escolar.

Josiane Nazaré Peçanha de Souza em sua dissertação *“Nossos passos vêm de longe: o ensino de História para a construção de uma Educação Antirracista e Decolonial na Educação Infantil”*, entende que a educação antirracista não tem a intenção de apenas ensinar uma história crítica e inclusiva, mas também criar um ambiente seguro, com respeito entre estudantes de diferentes origens raciais e classes sociais. Esse processo, de acordo com Souza, é importante na manutenção da educação e para o combate às desigualdades presentes na escola e na sociedade, promovendo a possibilidade de uma justiça social ampla.

A autora também dialoga com Cavalleiro (2001), destacando que a educação antirracista sujeita uma reflexão profunda sobre as formas como o racismo está emaranhado no cotidiano escolar. Com isso, a educação antirracista propõe uma reformulação tanto do currículo formal quanto nas práticas pedagógicas, para que as hierarquias e barreiras raciais

sejam desafiadas. Portanto, conforme Souza (2018) nos aponta, a educação antirracista no Brasil não apenas combate o racismo estrutural e institucional, mas também tem a intenção de promover a desconstrução do mito da democracia racial, ao reconhecer as desigualdades históricas e atuais entre negros e brancos e promover a valorização das culturas marginalizadas.

Currículo de história da ESEBA e Lei 10.639/11.645: antirracismo para além da Semana Preta

O artigo “20 ANOS DA LEI 10.639/03/2003: o ensino de História da África, História das Culturas Afro-Brasileiras e Pensamento Decolonial”. (2023) de Ivete Batista da Silva Almeida discute a implantação da Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África, História Indígena e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A autora apresenta a legislação que também enfrenta desafios e questiona a hegemonia do eurocentrismo no ensino e na composição dos currículos escolares, mostrando como a colonialidade do poder¹⁸ sustenta uma visão hierárquica do mundo. Portanto, o currículo escolar moderno, apesar de ter incluído conteúdos da História Africana e Afro-brasileira, carrega traços de um mundo ainda colonial, enraizado na educação, colocando novamente a escola como um espaço de poder onde o racismo se propaga e permanece institucionalizado. Almeida fala também da importância da descolonização do conhecimento, conceito trabalhado por Grada Kilomba, que envolve questionar e transformar as bases de poder que sustentam a produção do saber, conceito esse que a autora traz em conjunto a Mignolo (2003), ressaltando que o projeto da educação antirracista e decolonial exige que diferentes formas de conhecimento sejam ofertadas no ambiente escolar, não só incluindo de forma vazia os conteúdos exigidos por lei. A Lei 10.639/03 aparece, então, como um passo significativo nesse processo, mas que precisa ser implementado com profundidade e continuidade.

Para Nilma Limo Gomes (2012) a introdução da Lei nº 10.639 também vai além da inclusão de conteúdos, a autora entende que existe a necessidade de uma mudança na estrutura da educação brasileira. Nilma, assim como Almeida(2023) e Cavalleiro (2001) defendem a necessidade da chamada de atenção à reflexão sobre o significado de se ensinar história da África e a cultura afro-brasileira, considerando a importância de um diálogo entre

¹⁸ Colonialidade do Poder é um conceito de Anibal Quijano que explora o legado do colonialismo europeu é enraizado nas normas sociais e nas estruturas do conhecimento. Conceito esse, comumente usado nos movimentos decoloniais/pós-coloniais dedicados a estudar a América Latina.

jovens e professores que promova a diversidade. Isso inclui não apenas o ensino de novos conteúdos, mas a remodelação da abordagem desses conteúdos em sala de aula.

O currículo de História da ESEBA é um documento que está em conformidade com a Lei 10.639/11.645, representando um marco significativo na construção de uma identidade escolar que promove a educação antirracista e combate a desigualdade étnico-racial. É evidente que a Semana Preta na ESEBA foi introduzida com a intenção de contribuir para essa promoção. No entanto, é fundamental que o currículo cotidiano, especialmente nas Ciências Humanas, seja elaborado com o objetivo de oferecer uma formação disdinta, com a capacidade de remontar as narrativas históricas que tradicionalmente marginalizam e desvalorizam a experiência do povo negro, não apenas na intenção de cumprir a exigência legal da Lei 10.639/11.645, mas promovendo a reflexão e crítica diante das questões raciais e se inserindo ao um amplo movimento de resistência ao racismo estrutural.

Os Parâmetros Curriculares Educacionais da área de História, documento que integra o projeto curricular da escola e está disponível em seu site, enfatizam diversos pontos que se alinham com o cumprimento da Lei 10.639/11.645. Entre esses aspectos, destacam-se: Consciência Histórica e Alteridade, Diversidade Cultural e Sujeitos Históricos, Metodologia Ativa e Problemas Históricos, Historicidade e Consciência Temporal, e o Foco na Vivência Discente em relação ao Contexto Econômico-Sociocultural. Ademais, no segundo ciclo, o documento promove o estudo direto da História Africana e Indígena, incorporando os conteúdos obrigatórios sobre a questão racial previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais são considerados essenciais no ensino de História.

Outro documento importante que auxilia a construção de uma educação reconfigurada e mostra a aplicação da Lei 10.639/11.645 na CAp ESEBA/UFU é o PCE elaborado pela área da Educação Infantil. Esse documento explicita seus objetivos e propósitos, construindo uma compreensão de que as crianças são sujeitos históricos e culturais, visão essa fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e na Sociologia da Infância de Sarmiento, dois autores amplamente usados para a formulação desse documento. O PCE da Educação Infantil, promove uma educação antirracista que vai além de eventos isolados, como a Semana Preta, inserindo a valorização das culturas afro-brasileira e indígena no cotidiano escolar, mesmo que não tenha a citação direta do ensino destes conteúdos no PCE, a equipe através dele demonstra um currículo diverso com foco nos alunos como sujeitos históricos. Assim, reconhecendo que as crianças trazem consigo saberes construídos em suas experiências sociais, o papel da escola é aquele de

mediar as vivências com narrativas que ampliem suas perspectivas históricas e façam de suas vidas aprendizados.

Além disso, o currículo da ESEBA fortalece através da abertura dada aos professores/estagiários/residentes/pibidianos, que têm liberdade para explorar abordagens pedagógicas que promovam ensino intercultural, um dos exemplos é o convite recebido que deu origem a esse artigo, mostrando que existe por meio da direção e educadores o interesse em atividades voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, reforçando a importância da mediação dos educadores na construção das práticas antirracistas e na formação de jovens educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo defende que, além de iniciativas pontuais, as escolas devem integrar de forma contínua a valorização das culturas afro-brasileira e indígena em suas práticas cotidianas. A experiência da CAP ESEBA/UFU serve como um exemplo prático nesse contexto, embora enfrente desafios e adversidades diárias, o colégio empenha na promoção de um ambiente educacional inclusivo e livre, permitindo a criação de projetos que constroem o movimento antirracista e decolonial. Esse compromisso é traduzido no acolhimento e na maneira como os educadores permitem o debate da temática racial, tanto em seu conteúdo previsto quanto em atividades pensadas para o tema.

A Semana Preta, ao articular a prática pedagógica com a perspectiva antirracista, revela-se uma boa estratégia, contudo não deve ser a única. O compromisso com o enfrentamento do racismo estrutural na educação básica precisa ser diário e integrado ao currículo escolar. O sucesso de projetos curriculares como o da ESEBA mostra que é possível construir uma escola antirracista, mas também nos lembra que a luta contra o racismo é contínua e exige que a educação brasileira seja construída com esforços coletivos, integrando toda a comunidade escolar nesses projetos.

Ademais, esse trabalho procurou buscar a urgência e a importância de integrar a cultura afro-brasileira e das populações africanas no currículo escolar brasileiro, não só nos anos finais, mas também da Educação Infantil, que apesar de não haver a obrigatoriedade da abordagem, é importante para a manutenção dos problemas na educação Brasileira. A Educação Infantil ainda se mostra resguardada pela BNCC, que apesar de não citar o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, traz nas Sínteses da Aprendizagem questões como o conhecimento e respeito por si e pelo outro, elementos que validam o uso do corpo,

gestos e movimentos, além de outras questões relacionadas aos sons e cores, o que coloca relembra os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil ¹⁹e fundamenta o uso na Educação Infantil.

A análise crítica dessa estrutura educacional revela que o racismo estrutural é um problema que molda as interações e oportunidades dentro das escolas. Além de destacar a necessidade de representatividade entre os educadores e comunidade escolar, também reforço, assim como em todo esse trabalho, a importância de uma prática pedagógica antirracista que seja desenvolvida de forma contínua e com interdisciplinaridade, embasados no cumprimento da Lei 10.639/11.645.

Além disso, ressalto a importância dos projetos de formação para futuros professores, como o PIBID e a Residência Pedagógica. Esses programas oferecem aos licenciandos da universidade pública uma oportunidade de estar em sala de aula junto aos alunos, compreendendo suas realidades e vivências. Esse contato permite a prática do ensino e também a vivência de experiências, como a que originou este artigo, e me despertou o sonho de continuar em sala de aula o combate ao racismo estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.21, n.41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

AGOSTINHO, Cristina; COELHO, Ronaldo Simões. *Cinderela e Chico Rei. II. Walter Lara*. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. 20 ANOS DE LEI 10.639/03/2003: ensino de História da África, da História das Culturas Afro-brasileiras e Pensamento Decolonial.. *Revista Relicário*, Uberlândia, v. 10, p. 121-134, 2023. 2358-8276.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <cnebncc.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 de outubro de 2017.

¹⁹ RINDADE, Azoilda Loretto da. VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Valores afro-brasileiros na educação.*, [s. l.], v. 1, nov. 2005

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6975>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRANDÃO, ANA PAULA (coord.). *A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Interagir*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 149 p. v.2. Disponível em:

https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Caderno3_ModosDeInteragir.pdf.

Acesso em: 17 jan. 2024.

BRANDÃO, ANA PAULA (coord.). *A Cor da Cultura - Saberes e Fazeres - Modos de Ver*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 113 p. v.1. Disponível em:

https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Caderno1_ModosDeVer.pdf.indd

(geledes.org.br).

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília.

BRASIL. Lei 10.639/03 de 9 de Janeiro de 2003. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília.

BURKE, Peter & BURKE, Maria Lúcia Pallares. “O Teórico Social”. In: *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: UNESP, 2009.

CAELÍ DA SILVA GOBBATO. *Boneca Abayomi*. [S.l.]. Caelí da Silva Gobbato, 2022. Disponível em: <https://www.bonecaabayomi.com/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. 1ª ed. N/S: Selo Negro, 2001. 2013 p. ISBN: 8587478141, 9788587478146.

ESEBA. ESEBA UFU. *PCE HISTÓRIA 2017*. Uberlândia: ESEBA, 2017. Produzido por Equipe Docente História. Disponível em: https://www.eseba.ufu.br/system/files/conteudo/pce_-_historia_-_2017_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

ESEBA. ESEBA. Disponível em: <https://www.eseba.ufu.br/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ESEBA. Cronograma Anansi: Semana Preta 2022. Cronograma Evento, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/eseba/conscientizacao/2022>.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Editora Global, 49ª ed. São Paulo, 2004.

GOMES, Edlaine de Campos et al. A BONECA ABAYOMI: ENTRE RETALHOS, SABERES E MEMÓRIAS. Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, p. 251-264, jul. 2017.

GOMES, Nilma Lino. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS. Currículo sem Fronteiras, ONLINE, ed. 27, ano 2012, p. 98-109, Semestral.

I Encontro Construindo uma Escola Antirracista: Diálogos e Práticas | Portal de Eventos da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/eseba/ieceadp/2021/11>. Acesso em: 22 out. 2023.

MARIELLY. “Construindo uma Educação Antirracista: reflexões, afetos e experiências.” Disponível em: <https://eseba.ufu.br/acontece/2022-11-construindo-uma-educacao-antirracista-reflexoes-afetos-e-experiencias>. Acesso em: 16 out. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, n. 94, 2017. p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 25 de mai de 2023

MUNANGA, Kabengele (org.). SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA. 2. ed. Brasília : MEC/BID/UNESCO, 2005. 15-20 p.

MUNIZ, Luciana Soares. O fórum de classe numa escola pública: significados e práticas direcionados à construção de uma coletividade. 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

NUNES, D. H., Lehfeld, L. S., & Netto, C. E. M. (2021). A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL:

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. *Revista Do Direito*, (63), 79-104.
<https://doi.org/10.17058/rdunisc.v0i63.15760>

PEREIRA, Rinaldo Pevidor. O jogo africano mancala e o ensino de matemática em face da Lei 10.639/03. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2011.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista:** Para familiares e professores. 1 ed. BRASIL: Planeta, 2023. 160 p. ISBN: 8542221257.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005.

REGO, Waldeloir. Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

REIS, G. R. F. da S.; AZEVEDO, I.; REIS, M. de O. M. F. DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1–15, 2022. DOI: 10.15687/rec.v15i1.62996. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62996>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Gisele Rose da. AZOILDA LORETTO DA TRINDADE: O BAOBÁ DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS. Orientador: Rafael Mello Barbosa. 2020. 163 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/149_Gisele%20Rose%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, Fernanda Cássia dos; SILVA, Gabriela Martins; SANTOS, Neli Edite dos. DOS DESAFIOS EM ENEGRECER UMA ESCOLA BRANCA: um olhar sobre o racismo estrutural em práticas educacionais. In: SANTOS, Neli Edite dos. (Org.). CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: reflexões, afetos e experiências. 1ª ed. CURITIBA: Editora CRV, 2022. p. 17-45.

SANTOS, Neli Edite dos. et al. CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Reflexões, Afetos e Experiências. 1ª ed. CURITIBA: Editora CRV, v. 1, 2022. 408 p. ISBN: 978-65-251-3355-3. Disponível em:

<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37385-construindo-uma-educacao-antirracista-br-reflexoes-afetos-e-experiencias>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SILVA, Gisele Rose da. AZOILDA LORETTO DA TRINDADE: O BAOBÁ DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS. Orientador: Rafael Mello Barbosa. 2020. 163 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2024

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de. **Nossos passos vêm de longe:** o ensino de História para a construção de uma Educação Antirracista e Decolonial na Educação Infantil. Orientador: Camilla Agostini. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

UFU, Equipe Educação Infantil - ESEBA - (org.). PARÂMETROS CURRICULARES EDUCACIONAIS EDUCAÇÃO INFANTIL ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (PCE-EI-ESEBA-UFU). Uberlândia: UFU, 2020.